



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA FINANCEIRA
FUNDO DE APOIO AO JUDICIÁRIO – FUNAJURIS

Notas Explicativas

19.1. Informações Gerais:

O FUNDO DE APOIO AO JUDICIÁRIO, inscrito no CNPJ nº 01.872.837/0001-93, fundo da administração indireta, do Poder Judiciário, com sede administrativa no Centro Político Administrativo SN, Bosque da Saúde, teve execução orçamentária e financeira, do exercício de 2023, amparadas pela Lei nº 12.012, de 25 de janeiro de 2023 (Lei Orçamentária Anual – LOA), esta regida pela Lei 11.955, de 09 de dezembro de 2022 (Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO), e pelo decreto estadual nº 129, de 17 de fevereiro de 2023, que dispõe sobre a execução orçamentária e financeira do exercício de 2023 e dá outras providências.

As ações do Fundo de Apoio ao Judiciário – FUNAJURIS, são agrupadas nas funções determinadas na Portaria Ministerial 42, de abril de 1999: 02 – Judiciária e 28 – Encargos Gerais. A função é o maior nível de agregação das diversas áreas de atuação do setor público.

As Demonstrações Contábeis são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, da LC nº 101/2000 e demais normas aplicáveis às finanças públicas. São baseadas, também, no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), editado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade do setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela International Federation of Accountants (IFAC), respectivamente.

O Balanço do Fundo de Apoio Judiciário - FUNAJURIS, referente ao exercício de 2023, é composto pelo Balanço Orçamentário e seus anexos, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração da Dívida Flutuante, Demonstração dos Fluxos de Caixa e pelas Notas Explicativas. Integra também a prestação de contas, o Anexo 16 – Demonstrativo da Dívida Fundada Interna e Externa, que não apresenta movimentação no período.

As demonstrações, em conjunto com as notas explicativas, demonstram de forma estruturada a situação patrimonial e os resultados orçamentários, financeiros, patrimoniais e econômicos, buscando proporcionar informação útil



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA FINANCEIRA
FUNDO DE APOIO AO JUDICIÁRIO – FUNAJURIS

para a tomada de decisão e a prestação de contas e responsabilização da entidade e dos respectivos gestores quanto aos recursos que lhes foram confiados.

Todas as demonstrações, exceto as notas explicativas e o Anexo 16 – Demonstrativo da Dívida Fundada Interna e Externa, são elaboradas pelo Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças do Estado – FIPLAN, evidenciando os atos e fatos administrativos do FUNAJURIS.

Declaramos que as demonstrações contábeis, incluídas as presentes notas explicativas, estão de acordo com a legislação aplicável à contabilidade e as finanças públicas, bem com as normas brasileiras de contabilidade do setor público e o manual de contabilidade aplicada ao setor público – MCASP, demonstrando de forma estruturada a situação patrimonial e os resultados orçamentários, financeiros, patrimoniais e econômicos, buscando proporcionar informação útil para a tomada de decisão e a prestação de contas e responsabilização da entidade e dos respectivos gestores quanto aos recursos que lhes foram confiados.

19.2. Políticas contábeis significativas e critérios utilizados na elaboração das

Demonstrações Contábeis

a. RECEITA

A receita, em 2023, em atendimento à portaria 548/2015, está sendo registrada pelo regime de competência conforme cronograma da Secretaria do Tesouro Estadual – STN, e caixa nos casos em que couber. A despesa, quase integralmente, pelo regime de competência, também em conformidade com o cronograma da STN.

b. IMOBILIZADO

O Fundo de Apoio ao Judiciário – FUNAJURIS, não possui imobilizado próprio em seus registros, sendo transferido para a Unidade Orçamentário 03101 – Tribunal de Justiça de Mato Grosso.



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA FINANCEIRA
FUNDO DE APOIO AO JUDICIÁRIO – FUNAJURIS

c. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas orientações da Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – DCASP, do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, 9ª edição, aprovado pela Portaria SNT nº 1131, de 04 de novembro de 2021. Que observa os dispositivos legais que regulam o assunto, como a Lei Federal 4320/64, de 17 de março de 1964, a Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2000, bem como as disposições do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, relativas aos Princípios de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT 16).

Estas notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis e imprescindíveis para a compreensão e análise das demonstrações. Evidenciam os critérios utilizados, informações exigidas pela legislação, bem como outras informações não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas citadas demonstrações.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Estado de Mato Grosso.

Desde 2021 foi alterada a estrutura do balanço orçamentário sendo adotada, integralmente, a orientação da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, expressa no manual das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – DCASP, que integra a 9ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP, página 495, passando a expurgar no balanço orçamentário não consolidado (órgãos e entidades, por exemplo) as transferências financeiras recebidas e concedidas o que pode gerar desequilíbrio e déficit orçamentário, pois muitos deles não são agentes arrecadadores e executam despesas orçamentárias para prestação de serviços públicos e realização de investimento, não configurando esse fato irregularidade.

Ainda considerando a alteração no BO, previsto no MCASP, foi incluída uma nota nos balanços orçamentários explicando eventual déficit orçamentário e criado o anexo 5 BO – Transferências recebidas e concedidas, demonstrando o montante da movimentação financeira (transferências financeiras recebidas e



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA FINANCEIRA
FUNDO DE APOIO AO JUDICIÁRIO – FUNAJURIS

concedidas) relacionado à execução do orçamento do exercício, buscando dar transparência e proporcional as análises e verificações dos órgãos de controle.

19.3. Informações de suporte e detalhamento dos itens

Balanço Orçamentário:

BO 1. O regime orçamentário adotado para o exercício de 2023 é o previsto no art. 35 da Lei nº 4.320/1964, assim a receita é reconhecida, no exercício financeiro, pela arrecadação, regime de caixa, e a despesa orçamentária no exercício financeiro da emissão do empenho.

BO 2. No orçamento aprovado as despesas foram apresentadas discriminadas por classificação institucional, funcional, estrutura programática, categoria econômica, grupo de despesa, modalidade de aplicação.

BO 3. A receita prevista inicial foi de **403.258.550,00**, onde houve abertura de crédito adicional por excesso de arrecadação no valor de R\$ 144.000.000,00, alterando a receita atualizada no montante de **R\$ 547.258.550,00**.

BO 4. A receita total realizada da unidade orçamentária 03601 – Fundo de Apoio ao Judiciário - FUNAJURIS, foi de **R\$ 757.622.172,04**, apresentando um excesso 87,88%, representando em termos nominais **R\$ 354.363.662,04**, sendo **R\$ 57.695.676,80** na receita tributária, **R\$ 62.068,72** na receita patrimonial, na receita de serviço **R\$ 159.938.481,15** e **R\$ 74.661.381,37** nas outras receitas correntes.

BO 5. Na receita tributária destaca-se o crescimento das taxas judiciais e extrajudiciais nos montantes de **R\$ 17.556.201,01** e **39.811.590,28**, respectivamente, houve excesso de arrecadação devido a entrada em vigor da nova lei de custas – Lei nº 11.077/2020, em substituição a Lei Estadual nº 7.603,2001, que passou a vigorar a partir de 01/01/2021. Destaque para nova modalidade de cálculos oriundas da nova lei; recuperação de receita oriunda do Protesto e Dívida Ativa; Parcelamento das Custas Processuais; Parcelamento para Dívida dos Interinos das serventias extrajudiciais, através de mutirão.



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA FINANCEIRA
FUNDO DE APOIO AO JUDICIÁRIO – FUNAJURIS

Sendo assim, o montante do excesso foi de R\$ 354.363.622,04, houve abertura de crédito adicional por excesso de R\$ 144.000.000,00, ficando um saldo de R\$ 210.363.622,04.

BO 6. A receita patrimonial foi impulsionada pelo aumento da remuneração de Depósitos bancários de **R\$ 61.913.103,53**, devido ao impacto do aumento da SELIC, mudança na modalidade de aplicação e ainda pelo montante de recursos de superávit financeiro em contas.

BO 7. Já as receitas de serviços apresentaram um crescimento de **R\$ 159.938.481,15**, decorrentes de parcelamento para dívida dos interinos das serventias extrajudiciais, através de mutirão, destacando que o aumento da SELIC também impactou na receita de serviços de depósito judicial

DEMONSTRATIVO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA- BO						
DESCRIÇÃO	PREVISTA INICIAL	PREVISTA ATUALIZADA	REALIZADA	DIFERENÇA	SALDO	AH%
RECEITA CORRENTE	403.258.550,00	547.258.550,00	757.622.172,04	210.363.622,04	354.363.622,04	87,88%
Receita Tributária	174.320.865,00	218.320.865,00	232.016.541,80	13.695.676,80	57.695.676,80	33,10%
Receita Patrimonial	35.712.733,00	45.712.733,00	97.780.815,72	52.068.082,72	62.068.082,72	173,80%
Receita Serviço	54.182.058,00	144.182.058,00	214.120.539,15	69.938.481,15	159.938.481,15	295,19%
Outras receitas correntes	139.042.894,00	139.042.894,00	213.704.275,37	74.661.381,37	74.661.381,37	53,70%
RECEITA TOTAL	403.258.550,00	547.258.550,00	757.622.172,04	210.363.622,04	354.363.622,04	87,88%

FONTE: FIPLAN/BO

BO 8. A dotação inicial da despesa foi no montante de **R\$ 403.258.550,00**, tendo sido efetuada um aumento, com abertura de créditos adicionais por Excesso de Arrecadação, no valor de **R\$ 144.000.000,00**, e por Superávit Financeiro, reconhecido no balanço patrimonial de 2022, no valor de **R\$ 180.000.000,00**, totalizando uma dotação atualizada de **R\$ 727.258.550,00**.



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA FINANCEIRA
FUNDO DE APOIO AO JUDICIÁRIO – FUNAJURIS

DEMONSTRATIVO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA- BO					
DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	EMPENHADA	SALDO	AH%
DESPESA CORRENTE	352.964.550,00	622.264.550,00	589.469.628,58	32.794.921,42	67,01%
Outras Despesas Correntes	352.964.550,00	622.264.550,00	589.469.628,58	32.794.921,42	67,01%
DESPESA DE CAPITAL	50.294.000,00	104.994.000,00	96.917.604,84	8.076.395,16	92,70%
Investimentos	50.294.000,00	104.994.000,00	96.917.604,84	8.076.395,16	92,70%
DESPESA TOTAL	403.258.550,00	727.258.550,00	686.387.233,42	40.871.316,58	70,21%

FONTE: FIPLAN/BO

BO 9. O acréscimo na dotação inicial foi de **R\$ 324.000.000,00**, sendo composta por abertura de créditos adicionais por Excesso de Arrecadação e Superávit financeiro. Houve alteração orçamentária por anulação, mas não gerando alteração no montante da dotação atualizada.

DEMONSTRATIVO DA ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS	
Crédito Suplementar - Anulação Total/Parcial de dotações	89.906.172,09
FONTE 17600000	66.576.807,83
FONTE 27600000	23.329.364,26
(-) Redução	- 89.906.172,09
FONTE 17600000	- 66.576.807,83
FONTE 27600000	- 23.329.364,26
Crédito Suplementar - por Superávit Financeiro	180.000.000,00
FONTE 27600000	180.000.000,00
Total Geral	180.000.000,00
Crédito Suplementar - por Excesso de Arrecadação	144.000.000,00
FONTE 17600000	144.000.000,00
Total Geral	324.000.000,00

FONTE: FIPLAN/FIP 215A

BO 10. O crédito adicional suplementar no montante de **R\$ 324.000.000,00**, foi decorrente de abertura por Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 144.000.000,00 e por Superávit Financeiro, apurado no Balanço Patrimonial de 2022, o valor de R\$ 180.000.000,00.

BO 11. Do total de crédito adicional aberto por superávit financeiro, somente **R\$ 177.327.832,56** foram empenhados, **R\$ 119.001.446,68** foram liquidados,



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA FINANCEIRA
FUNDO DE APOIO AO JUDICIÁRIO – FUNAJURIS

tendo sido pago o montante de **R\$ 111.241.188,12**, ficando inscrito em RP o montante de **R\$ 66.086.644,44**, sendo **R\$ 58.326.385,88**, em restos a pagar não processados e **R\$ 7.760.258,56** em RP processado.

DETALHAMENTO DAS DESPESAS EXECUTADAS COM SF			
FONTES	EMPENHADAS	LIQUIDADAS	PAGAS
27600000	R\$ 177.327.832,56	R\$ 119.001.446,68	R\$ 111.241.188,12
TOTAL	R\$ 177.327.832,56	R\$ 119.001.446,68	R\$ 111.241.188,12

FONTE: FIPLAN/FIP 215A

BO 12. Do montante empenhado de **R\$ 686.387.233,42** foi executado com recursos arrecadados no exercício e do excesso de arrecadação, na Fonte 17600000 o montante de **R\$ 509.059.400,86** e o restante da despesa, executada com base no superávit financeiro, na Fonte 2760000, o montante de **R\$ 177.327.832,56**. Não houve a reabertura de créditos especiais e extraordinários.

DEMONSTRATIVO POR TIPO DE RECURSOS			
DESCRIÇÃO	RECEITA DO EXERCÍCIO/EXCESSO	SUPERAVIT FINANCEIRO	TOTAL GERAL
DESPESAS CORRENTES	452.399.576,67	137.070.051,91	589.469.628,58
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	452.399.576,67	137.070.051,91	589.469.628,58
DESPESAS DE CAPITAL	56.659.824,19	40.257.780,65	96.917.604,84
INVESTIMENTO	56.659.834,19	40.257.780,65	96.917.604,84
TOTAL GERAL	509.059.400,86	177.327.832,56	686.387.233,42

FONTE: FIPLAN/FIP 215A

BO 13. No Estado de Mato Grosso os créditos iniciais e suplementares não estão individualizados na contabilidade. A UO 03601 – Fundo de Apoio ao Judiciário - FUNAJURIS - executou despesas somente por meio de crédito iniciais, excesso de arrecadação e suplementares, não tendo aberto créditos especiais ou extraordinários.

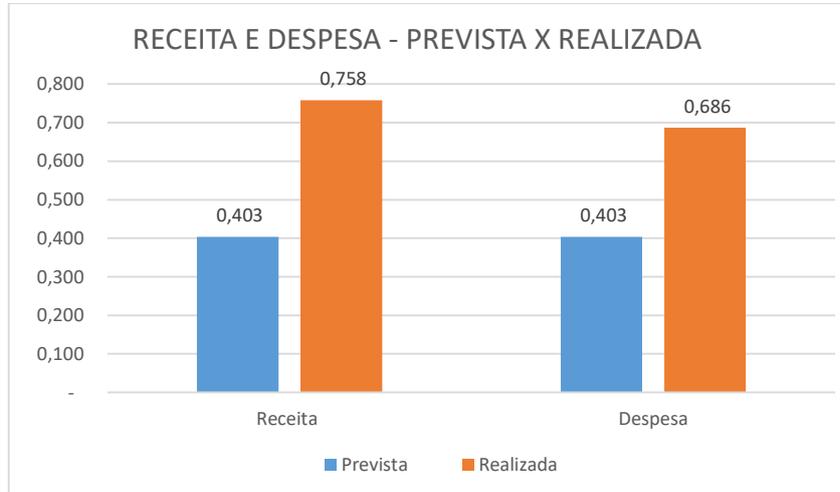


ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA FINANCEIRA
FUNDO DE APOIO AO JUDICIÁRIO – FUNAJURIS

DETALHAMENTO DAS DESPESAS POR TIPO DE CRÉDITO			
DESCRIÇÃO	EMPENHADAS	LIQUIDADAS	PAGAS
Crédito inicial/excesso/suplementar	686.387.233,42	539.156.196,13	503.397.293,32
TOTAL	686.387.233,42	539.156.196,13	503.397.293,32

FONTE: FIPLAN/FIP 215A

BO 14. Em 2023 as receitas realizadas alcançaram um montante de **R\$ 757.622.172,04**, tendo apresentado um crescimento de 187,88% em relação a previsão inicial, já a despesa empenhada apresentou crescimento, em relação à dotação inicial de 170,21%, atingindo um montante de **R\$ 686.387.233,42**, o que gerou um superávit orçamentário de **R\$ 71.234.938,62**, conforme evidenciado no Balanço Orçamentário do Fundo de Apoio ao Judiciário – FUNAJURIS.



BO 15. Os restos a pagar não processados de 2023 e exercícios anteriores, no montante de **R\$ 147.855.454,22**, tiveram cancelamentos no montante de **R\$ 27.196.553,11** e **R\$ 105.584.336,26** foram pagos, ficando um saldo a ser transferido para 2024 no valor de **R\$ 15.074.564,85**, conforme anexo 1 do



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA FINANCEIRA
FUNDO DE APOIO AO JUDICIÁRIO – FUNAJURIS

Balanço Orçamentário. Destacando que os RP liquidados em 2023 são transferidos para processados em 2024.

BO 16. Já o montante de **R\$ 9.107.769,22** de RP processado, foram pagos o montante de R\$ 9.049.119,15, e cancelado o valor de R\$ 58.650,07, devido o estorno de liquidação com diferença no ISS. Valor liquidado-R\$1.377,89, sendo valor Correto-R\$1.129,89. Foi realizada nova liquidação em 2023 (Liq: 03601.0002.23.000442-4, não restando nenhum valor a ser transferido para 2024, conforme Anexo 2 do Balanço Orçamentário.

BO 17. Não houve realização de receitas intraorçamentárias na unidade orçamentária 03601, porém houve **R\$ 154.835,00** de empenhos na modalidade intraorçamentária, conforme evidenciado no Anexo 3 – Do Balanço Orçamentário – Demonstrativo de Execução das Receitas e Despesas Intraorçamentárias.

BO 18. O FUNAJURIS concedeu destaque orçamentária, no montante de **R\$ 132.685,96** mil, para a UO 19201 – Fundação Nova Chance, tendo sido empenhado, liquidado e pago o montante de **R\$ 132.685,961**, conforme consta no Anexo 4 – Do Balanço Orçamentário – Demonstrativo das Despesas Orçamentárias Executadas por Destaque.

BO 19. A conciliação do resultado orçamentário com os fluxos de caixa líquido das atividades operacionais, apresentados na Demonstração dos Fluxos de Caixa evidencia que ao somar ao resultado orçamentário os restos a pagar pagos e o saldo das transações extraorçamentárias, que impactaram o DFC, e deduzir as despesas empenhadas e não pagas, chega se a geração líquida de caixa e equivalente de caixa do DFC.

CONCILIAÇÃO DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO COM O FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO - DFC	
DESCRIÇÃO	VALOR
1 - Resultado Orçamentário	71.234.938,62
2 - Restos a Pagar Inscrito no período - Despesas de 2023 empenhadas e não pagas	182.989.940,10
3 -(-) Restos a Pagar de Exercícios anteriores pagos em 2023	114.633.455,41
4 - Saldo de transações extraorçamentárias (impactadas na DFC)	- 751.888,98
5 - Outros Pagamentos extraorçamentários - compensações	- 471,55
6 - Geração Líquida de Caixa - DFC (6 = 1-2+3-4-5)	138.839.062,78

FONTE: FIPLAN/FIP 215A



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA FINANCEIRA
FUNDO DE APOIO AO JUDICIÁRIO – FUNAJURIS

Balanco Financeiro:

BF 1. O Balanço Financeiro evidencia na parte dos ingressos extraorçamentários o movimento credor das contas de ativo e passivo e na parte dos dispêndios extraorçamentários o movimento devedor das contas de ativo e passivo. Essa movimentação, para efeito de expurgar os estornos, e facilitar a elaboração do anexo, é registrada em contas de controle.

BF 2. O resultado financeiro de 2023 foi positivo em **R\$ 138.839.062,78**, sendo decorrente do resultado positivo na movimentação orçamentária de **R\$ 254.224.878,72** e do resultado negativo da movimentação extraorçamentária de **R\$ 115.385.815,94**.

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO FINANCEIRO DE 2023			
ESPECIFICAÇÃO	31/12/2023	31/12/2022	AH %
Receita Orçamentária (I)	757.622.172,04	618.293.837,00	22,53%
Despesa Paga (II)	503.397.293,32	393.775.844,23	27,84%
Resultado Orçamentário (III = I - II)	254.224.878,72	224.517.992,77	13,23%
Transferências Financeiras Recebidas (IV)	-	-	0,00%
Transferências Financeiras Concedidas (V)	-	-	0,00%
Transferências Financeiras Líquidas (VI = IV - V)	-	-	0,00%
Recebimentos Extraorçamentários (VII)	523.645.882,26	398.711.039,43	31,33%
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	639.031.698,20	376.699.359,92	69,64%
Resultado Extraorçamentário (IX = VII - VIII)	- 115.385.815,94	22.011.679,51	-624,20%
Resultado Financeiro do Exercício (X = III + VI + IX)	138.839.062,78	246.529.672,28	-43,68%

FONTE: FIPLAN/BF

BF 3. A receita orçamentária, de 2023, teve um crescimento, em relação ao exercício de 2022, no montante de **R\$ 139.328.335,04**, correspondendo a 22,53% de crescimento, sendo todo ele referente a recursos ordinários. Já a despesa orçamentária, recursos ordinários, teve um crescimento de **R\$ 109.621.449,09**. Maiores detalhes sobre essas variações serão encontrados nos resultados orçamentários.

BF 4. Os restos a pagar em inscrição, que para efeito do fechamento do balanço financeiro de 2023, consta na coluna de ingressos extraorçamentários, foi no montante de **R\$ 182.989.940,10**, desmembrados em **R\$ 35.758.902,81** de RP processados e **R\$ 147.231.037,29** de RP não processados:



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA FINANCEIRA
FUNDO DE APOIO AO JUDICIÁRIO – FUNAJURIS

DESPESAS EM PROCESSO DE INSCRIÇÃO EM 31/12/2023			
DESCRIÇÃO	RP PROCESSADO	RP NÃO PROCESSADO	TOTAL
DESPESAS CORRENTES	31.192.459,33	92.301.154,39	123.493.613,72
Outras Desp. Correntes	31.192.459,33	92.301.154,39	123.493.613,72
DESPESAS DE CAPITAL	4.566.443,48	54.929.882,90	59.496.326,38
Investimentos	4.566.443,48	54.929.882,90	59.496.326,38
TOTAL	35.758.902,81	147.231.037,29	182.989.940,10

FONTE: FIPLAN/FIP 215A

BF 5. Foram pagos em 2023 o montante de **R\$ 114.633.455,41** de restos a pagar do exercício de 2022 e anteriores, sendo **R\$ 9.049.119,15** de restos a pagar processados e **R\$ 105.584.336,26** de restos a pagar não processados.

DEMONSTRATIVO DOS RP PAGOS EM 2023			
DESCRIÇÃO	RP PROCESSADO	RP NÃO PROCESSADO	TOTAL
DESPESAS CORRENTES	8.468.304,00	51.256.525,74	59.724.829,74
Pessoal e Encargos Sociais	8.468.304,00	51.256.525,74	59.724.829,74
DESPESAS DE CAPITAL	580.815,15	54.327.810,52	54.908.625,67
Investimentos	580.815,15	54.327.810,52	54.908.625,67
TOTAL	9.049.119,15	105.584.336,26	114.633.455,41

FONTE: FIPLAN/FIP 215A

BF 6. O saldo financeiro em 2023, para o exercício seguinte foi no montante de **R\$ 715.942.802,93**, um crescimento de **R\$ 138.839.062,78** em relação a 2022, distribuídos nas seguintes fontes:



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA FINANCEIRA
FUNDO DE APOIO AO JUDICIÁRIO – FUNAJURIS

DETALHAMENTO DO SALDO EM ESPÉCIE POR FONTE DE RECURSO			
FONTE	DESCRIÇÃO	31.12.2023	31.12.2022
100/300	RECURSOS ORDINÁRIOS DO TESOURO ESTADUAL/PREV	856.507,89	1.612.894,45
17600000/276/0000	RECURSOS PRÓPRIOS	853.882.036,96	714.291.085,20
888	RECURSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	43.320,86	38.823,28
TOTAL		854.781.865,71	715.942.802,93

FONTE: FIPLAN/FIP 215A

Balanco Patrimonial:

BP 1. Os elementos patrimoniais são apresentados considerando a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade, em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade e as partes II e V do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP. Ainda, em atendimento ao artigo 105 da Lei 4320/64, que confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial ao separar ativo e passivo em dois grupos, financeiro e Permanente, é apresentado quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes.

BP 2. O Balanço Patrimonial é composto, nessa nova estrutura definida pela Secretaria do Tesouro Estadual - STN, em 4 quadros: Quadro Principal; Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes; Quadro das Contas de Compensação (controle) e Quadro do Superávit/Déficit Financeiro.

BP 3. O ativo circulante teve um crescimento de **R\$ 138.875.534,33**, representando 19,40%, impulsionado pelo crescimento do item Caixa e equivalente de Caixa.

DETALHAMENTO DO ATIVO CIRCULANTE			
DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022	AH%
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	854.781.865,71	715.942.802,93	19,40%
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	36.986,28	-	100,00%
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES DE CURTO PRAZO		514,73	-100,00%
ESTOQUES	-	-	0,00%
TOTAL	854.818.851,99	715.943.317,66	19,40%

FONTE: FIPLAN/FIP 215



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA FINANCEIRA
FUNDO DE APOIO AO JUDICIÁRIO – FUNAJURIS

BP 4. O disponível em caixa e equivalente de caixa apresentou, em relação à 2022, um crescimento de 19,40%, representando **R\$ 138.839.062,78**, decorrente do aumento das receitas em decorrência do excesso de arrecadação das receitas citadas nos comentários do Balanço Orçamentário.

CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA			
DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022	AH%
CONTA ESPECIAL - BANCO DO BRASIL (F)	854.818.851,99	715.942.802,93	19,40%
TOTAL	854.818.851,99	715.942.802,93	19,40%

FONTE: FIPLAN/FIP 215

BP 5. Os créditos de curto, referente a Suprimento de Fundos, aumentou 100%, no valor de 36.000,00.

DETALHAMENTO DOS CRÉDITOS DE CURTO PRAZO			
DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022	AH%
SUPRIMENTO DE FUNDOS	36.000,00	R\$ -	100,00%
TOTAL	36.000,00	R\$ -	100,00%

FONTE: FIPLAN/FIP 215

BP 6. Os demais créditos e valores a receber de curto, referente aos valores de receita própria arrecadada pelo Tesouro a repassar, teve um aumento de 91,61%, no valor de R\$ 986,28, sendo o valor do exercício anterior no valor de R\$ 514,73, foi repassado em 2023.

DETALHAMENTO DEMAIS CRÉDITOS E VALORES DE CURTO PRAZO			
DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022	AH%
Outras Receitas Próprias a Receber (F)	986,28	514,73	191,61%
TOTAL	986,28	514,73	191,61%

FONTE: FIPLAN/FIP 215



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA FINANCEIRA
FUNDO DE APOIO AO JUDICIÁRIO – FUNAJURIS

BP 7. O ativo não circulante em 2023, apresentou o montante de **R\$ 20.720.723,38**, sofreu um aumento, em relação a 2022, de 10,20%, equivalente a **R\$ 1.918.699,80**, centralizada no grupo de ativo realizável a longo prazo.

DETALHAMENTO DO ATIVO NAO-CIRCULANTE			
DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022	AH%
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	20.720.723,38	18.802.023,58	10,20%
TOTAL	20.720.723,38	18.802.023,58	10,20%

FONTE: FIPLAN/FIP 215

BP 8. O aumento de **R\$ 1.918.699,80**, no ativo realizável a longo prazo é decorrente de **R\$ 515.3612,12**, equivalente a 13,76%, de dívida ativa tributária e **R\$ 1.403.338,68** de dívida ativa não tributária, correspondendo a 9,32% de crescimento.

DETALHAMENTO DO ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			
DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022	AH%
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	4.260.653,16	3.745.292,04	13,76%
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	16.460.070,22	15.056.731,54	9,32%
TOTAL	20.720.723,38	18.802.023,58	10,20%

FONTE: FIPLAN/FIP 215

BP 9. O passivo circulante no montante de **R\$ 38.161.818,06**, apresentou um aumento, em relação a 2022, de 254,68%, no valor de **R\$ 27.402.331,11**, concentrado no grupo de Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo, que aumentaram **R\$ 26.339.285,20**. Destaque para as demais obrigações que teve um crescimento de 35,69%, equivalente a **R 1.063.045,91**.

DETALHAMENTO DO PASSIVO CIRCULANTE			
DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022	AH%
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	34.119.910,6	7.780.625,43	338,52%
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	4.041.907,43	2.978.861,52	35,69%
TOTAL	38.161.818,0	10.759.486,9	254,68 6 5 %

FONTE: FIPLAN/FIP 215



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA FINANCEIRA
FUNDO DE APOIO AO JUDICIÁRIO – FUNAJURIS

BP 10. O item fornecedores e contas a pagar de CP teve um aumento de **R\$ 21.141.739,81**, equivalente a 170,23%, decorrência da conta fornecedores nacionais que houve aumento nesse montante.

DETALHAMENTO DOS FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR CP			
DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022	AH%
FORNECEDORES NACIONAIS A CP - CONSOLIDAÇÃO	18.680.845,09	12.418.160,75	50,43%
FORNECEDORES NACIONAIS A CP - INTRA	14.875.788,08	829,43	1793395,30%
FORNECEDORES NACIONAIS A CP - UNIÃO	4.981,71	884,89	462,98%
TOTAL	33.561.614,88	12.419.875,07	170,23%

FONTE: FIPLAN/FIP 215

BP 11. As demais obrigações a curto prazo, apresentaram crescimento de 47,30%, equivalente a **R\$ 1.291.057,15**, reflexos, principalmente, do aumento das Consignações-Intra, no valor de **R\$ 742.194,50** e Consignações Inter União, no valor de R\$ 323.165,05, referente ao passivo de consignações tributárias.

DETALHAMENTO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO			
DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022	AH%
	4.020.463,18	2.729.406,03	47,30%
DEPÓSITOS E CAUÇÕES	43.320,86	42.727,97	1,39%
CONSIGNAÇÕES - INTRA	1.910.598,08	1.168.403,58	63,52%
CONSIGNAÇÕES - INTER UNIÃO	734.019,11	410.854,06	78,66%
OUTROS DEPÓSITOS DE DIV. - UNIÃO	856.507,89	741.900,78	15,45%
CONSIGNAÇÕES - INTER MUNICÍPIOS	476.017,24	365.519,64	30,23%
TOTAL	4.020.463,18	2.729.406,03	47,30%

FONTE: FIPLAN/FIP 215

BP 12. O patrimônio líquido de 2023 de **R\$ 837.377.757,31**, teve um aumento de 15,66%, em relação a 2022, equivalente a **R\$ 113.391.903,02**, sendo esse valor referente ao resultado superavitário do exercício.

DETALHAMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022	AH%
PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	-	-	0,00%
RESERVAS DE LUCROS	-	-	0,00%
RESULTADOS ACUMULADOS	837.377.757,31	723.985.854,29	15,66%
TOTAL	837.377.757,31	723.985.854,29	15,66%

FONTE: FIPLAN/FIP 215



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA FINANCEIRA
FUNDO DE APOIO AO JUDICIÁRIO – FUNAJURIS

BP 13. As inscrições das despesas em restos a pagar são efetuadas em contas da classe de controle da Execução do Planejamento e Orçamento (6). Os Restos a pagar processados, não processados em liquidação e os restos a pagar não processados liquidados a pagar, além do registro na classe 6, grupo 3 (6.3) já constam no passivo patrimonial do Balanço Patrimonial, pois o fato gerador já ocorreu. Diferentemente os restos a pagar não processados a liquidar somente constam na classe 6.3, não havendo nenhum registro no passivo de natureza patrimonial (classe 2).

BP 14. Os restos a pagar não processados a liquidar constam no passivo financeiro do “QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES”, mas não compõem o passivo patrimonial do quadro principal do Balanço Patrimonial. Assim a conciliação entre o saldo patrimonial do Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes e o patrimônio líquido do Balanço Patrimonial segue abaixo:

DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022	AH%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO BP (I)	837.377.757,31	723.985.854,29	15,66%
RP NÃO PROC DE EX. ANTERIORES A LIQUIDAR (I)	3.327.522,63	17.349.678,37	-80,82%
RP NÃO PROC DO EXERCÍCIO A LIQUIDAR (II)	10.243.955,72	12.425.676,61	-17,56%
RP NÃO PROC EM INSCRIÇÃO A LIQUIDAR (III)	147.231.037,29	118.080.099,24	24,69%
SUBTOTAL DOS RESTOS A PAGAR (IV = I + II + III)	160.802.515,64	147.855.454,22	8,76%
SALDO PATRIMONIAL (V = I + IV)	676.575.241,67	576.130.400,07	17,43%

FONTE: FIPLAN/FIP 215

Demonstração das Variações Patrimoniais

DVP 1. A movimentação intraorçamentária está incorporada na Demonstração das Variações Patrimoniais e integram os saldos das contas patrimoniais.

DVP 2. As variações patrimoniais aumentativas tiveram um aumento de 30,75%, equivalente a **R\$ 155.943.656,63**, sendo que os grupos que mais contribuiu para esse resultado foram o de Exploração de Venda de bens.



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA FINANCEIRA
FUNDO DE APOIO AO JUDICIÁRIO – FUNAJURIS

Serviços e Direitos e Outras Variações Patrimoniais Aumentativas, nos valores de **R\$ 54.966.484,44** e **R\$ 45.744.206,21**, respectivamente.

VARIACÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022	AH%
IMPOSTOS TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIAS	232.531.902,92	195.200.748,39	19,12%
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	214.633.942,34	159.667.457,90	34,43%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS.	98.304.329,86	81.288.886,14	20,93%
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINC.DE PASSIVOS	2.541.073,81	1.654.706,08	53,57%
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	115.034.016,97	69.289.810,76	66,02%
TOTAL	663.045.265,90	507.101.609,27	30,75%

FONTE: FIPLAN/FIP 215

DVP 3. O grupo de Impostos taxas e contribuições de melhorias teve um aumento de 19,12%, equivalente a um crescimento de **R\$ 37.331.154,53** referente ao aumento nas taxas judiciárias.

CONTRIBUIÇÕES			
DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022	AH%
TAXAS JUDICIÁRIAS	232.531.902,92	195.200.748,39	19,12%
TOTAL	232.531.902,92	195.200.748,39	19,12%

FONTE: FIPLAN/FIP 215

DVP 4. O grupo de variações aumentativas financeiras teve um aumento de 20,93%, representando **R\$ 17.015.443,72** de 2022 para 2023, sendo integralmente consequência do aumento dos rendimentos das aplicações financeiras.

VARIACÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS			
DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022	AH%
JUROS E ENCARGOS DE MORA	1.036.917,33	14.201.784,49	-92,70%
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	97.267.412,53	67.087.101,65	44,99%
TOTAL	98.304.329,86	81.288.886,14	20,93%

FONTE: FIPLAN/FIP 215



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA FINANCEIRA
FUNDO DE APOIO AO JUDICIÁRIO – FUNAJURIS

DVP 5. A VPA de ganhos com ativos e desincorporação de passivos aumentou R\$ **886.367,73** de 2022 para 2023, em decorrência da implementação do regime de competência para a receita tributária (taxas).

VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS			
DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022	AH%
GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	2.422.333,24	1.596.313,84	51,75%
GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	118.740,57	58.392,24	100,00%
TOTAL	2.541.073,81	1.654.706,08	53,57%

FONTE: FIPLAN/FIP 215

DVP 6. As outras Variações aumentativas apresentaram aumento de 444,58%, equivalente a R\$ **308.051.502,80**, concentrado no item Indenização, Restituição e Ressarcimento no montante de R\$ **262.216.445,97**.

OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022	AH%
MULTAS ADMINISTRATIVAS	-		0,00%
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	262.262.005,59	45.559,62	575545,73%
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	115.034.016,97	69.244.251,14	66,13%
TOTAL	377.296.022,56	69.289.810,76	444,52%

FONTE: FIPLAN/FIP 215

DVP 7. As variações patrimoniais diminutivas tiveram um aumento 116,17%, equivalente a R\$ **295.348.807,45**, sendo que o grupo que mais contribuiu para esse resultado foi Outras Variações Patrimoniais Diminutivas que reduziu R\$ **204.559.191,49**.



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA FINANCEIRA
FUNDO DE APOIO AO JUDICIÁRIO – FUNAJURIS

VARIÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022	AH%
PESSOAL E ENCARGOS	-	-	0,00%
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	319.637.508,80	233.569.950,46	36,85%
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	6.298.396,27	4.978.212,54	26,52%
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INC.PASSIVOS	640.487,77	1.075.819,75	-40,47%
TRIBUTARIAS	15.778.376,31	11.941.170,44	32,13%
OUTRAS VARIÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	207.238.503,23	2.679.311,74	7634,77%
TOTAL	549.593.272,38	254.244.464,93	116,17%

FONTE: FIPLAN/FIP 215

DVP 8. A Unidade 03601 - Funajuris, conforme o Art. 302 do Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado de Mato Grosso, é responsável pela execução de todas as despesas correntes, investimentos, verbas indenizatórias e encargos de RPPS dos serviços dos credenciados, com exceção das despesas com pessoal e encargos, os quais estão sob responsabilidade da Unidade 03101 - Tribunal de Justiça.

PESSOAL E ENCARGOS			
DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022	AH%
REMUNERAÇÃO A PESSOAL	-	-	0,00%
TOTAL	-	-	0,00%

FONTE: FIPLAN/FIP 215

DVP 9. O grupo de uso de bens, serviços e consumo aumentou em 36,85%, representando em termos nominais **R\$ 86.067.558,34**, sendo que item serviços de terceiros pessoa física e jurídica foi o grande responsável pelo aumento, apresentando um crescimento de **R\$ 85.896.675,93**.

USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO			
DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022	AH%
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	1.993.451,86	1.822.569,45	9,38%
SERVICOS	317.644.056,94	231.747.381,01	37,06%



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA FINANCEIRA
FUNDO DE APOIO AO JUDICIÁRIO – FUNAJURIS

TOTAL	319.637.508,80	233.569.950,46	36,85%
--------------	-----------------------	-----------------------	---------------

FONTE: FIPLAN/FIP 215

DVP 10. No grupo de transferências e delegações concedidas houve um aumento de **R\$ 1.452.869,69**, equivalente a 29,18%, estando esse aumento concentrado nas transferências intragovernamentais.

TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS			
DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022	AH%
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	6.371.082,23	4.918.212,54	29,54%
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	60.000,00	60.000,00	0,00%
TOTAL	6.431.082,23	4.978.212,54	29,18%

FONTE: FIPLAN/FIP 215

DVP 11. A variação patrimonial diminutiva tributária aumentou em **R\$ 3.837.205,87**, todo o aumento está concentrado no item impostos, refletindo o aumento do reconhecimento patrimonial da despesa relativa aos tributos federais.

VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA TRIBUTÁRIA			
DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022	AH%
IMPOSTOS	15.778.376,31	11.941.170,44	32,13%
TOTAL	15.778.376,31	11.941.170,44	32,13%

FONTE: FIPLAN/FIP 215

DVP 12. As demais variações patrimoniais diminutivas tiveram um acréscimo de **R\$ 132.386.051,33**, em decorrência do aumento das despesas de indenizações, decorrente da alteração do registro das verbas.

OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022	AH%
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	135.065.363,07	2.679.311,74	4941,05%
TOTAL	135.065.363,07	2.679.311,74	4941,05%

FONTE: FIPLAN/FIP 215



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA FINANCEIRA
FUNDO DE APOIO AO JUDICIÁRIO – FUNAJURIS

DVP 13. O resultado patrimonial do exercício foi superavitário em **R\$ 113.319.307,56**, sendo que as variações patrimoniais aumentativas foram de **R\$ 663.045.265,90** e as variações patrimoniais diminutivas alcançaram um montante de **R\$ 549.725.958,34**.

RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	
DESCRIÇÃO	31/12/2023
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)	663.045.265,90
IMPOSTOS TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	232.531.902,92
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	214.633.942,34
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS.	98.304.329,86
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	-
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINC.DE PASSIVOS	2.541.073,81
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	115.034.016,97
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)	549.725.958,34
PESSOAL E ENCARGOS	-
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	-
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	319.637.508,80
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	6.431.082,23
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INC. PASSIVOS	640.487,77
TRIBUTÁRIAS	15.778.376,31
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	207.238.503,23
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	113.319.307,56

FONTE: FIPLAN/FIP 215

ANEXO 17 - Demonstrativo da Dívida Flutuante - DDF

DDF 1. A posição das contas entre o anexo 17 e o saldo do Passivo Financeiro, apresentado no Balanço Patrimonial, no Quadro dos Ativos e Passivos financeiros e Permanentes é equivalente, de forma que ambos apresentam o valor de **R\$ 198.964.333,70**.

DDF 2. Os restos a pagar, nesse demonstrativo, são apresentados em separado os restos a pagar principal das consignações. As consignações são demonstradas dentro do grupo “DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES”.

DDF 3. Na coluna de inscrição consta o total de RP processados em inscrição no montante de **R\$ 35.758.902,81**, sendo que **R\$ 32.643.238,71**, na linha RP do exercício e **R\$ 3.115.664,10**, na linha consignações do exercício. Já



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA FINANCEIRA
FUNDO DE APOIO AO JUDICIÁRIO – FUNAJURIS

os restos a pagar não processados constam na linha RP não processados do exercício, no montante de **R\$ 14.231.037,29**.

DDF 4. Os restos a pagar não processados liquidados em 31 de dezembro de 2023 aparecem na coluna Saldo do Exercício Anterior como processado, estando em conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, que orienta a transferência dos restos a pagar não processados liquidados para restos a pagar processados.

DDF 5. Conforme quadro resumo, foram cancelados, no exercício de 2023, o montante de **R\$ 58.650,07**, de restos a pagar processado, sendo o cancelamento dos restos a pagar processado – principal, o valor de R\$ 57.272,18 e o cancelamento da consignação de RP processado, o valor de R\$ 1.377,89, e o montante de **R\$ 27.196.553,11**, referente a restos a pagar não processados.

DDF 6. No exercício de 2021, foi elaborado o relatório FIP 631 - Demonstrativo dos Cancelamentos de Restos a Pagar Liquidados com o propósito de evidenciar as razões para o cancelamento de Restos a Pagar processados. O relatório indicou que não houve cancelamentos de RP processados pelo Fundo. Uma das situações destacadas no relatório foi o cancelamento no valor de R\$ 58.650,07, devido a um estorno de liquidação decorrente de uma diferença no ISS. O valor liquidado foi de R\$ 1.377,89, porém o valor correto era R\$ 1.129,89. Uma nova liquidação foi realizada em 2023 (Liq: 03601.0002.23.000442-4)

ANEXO 18 - Demonstrativo do Fluxo de Caixa – DFC

DFC 1. A Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC demonstra os montantes de entradas e saídas de dinheiro no caixa durante o exercício e o resultado desse fluxo. Assim, a DFC apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxo operacional, de investimento e de financiamento.

DFC 2. A DFC foi elaborada de acordo com a NBC TSP 12 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e a IPC 08;

DFC 3. Na DFC são incluídos os fluxos de caixa extraorçamentários, considerando que, em observância ao princípio de unidade de caixa, estes recursos transitam na conta única;



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA FINANCEIRA
FUNDO DE APOIO AO JUDICIÁRIO – FUNAJURIS

DFC 4. Em Mato Grosso a “Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa” é igual ao “Resultado Financeiro”, apurado no Balanço Financeiro, de forma que em 2023, o resultado apurado foi positivo em **R\$ 138.839.062,78**, representando uma redução de **R\$ 107.690.609,50**, em relação ao mesmo período de 2022, quando o resultado foi positivo em **R\$ 246.529.672,28** milhões, conforme tabela a seguir.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA			
DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022	AH
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	231.168.966,91	365.674.157,67	-36,78%
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	- 92.329.904,13	- 119.144.485,39	0,00%
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	-	-	0,00%
TOTAL	138.839.062,78	246.529.672,28	-43,68%

FONTE: FIPLAN/DFC

DFC 5. No fluxo das atividades operacionais, onde fica evidente a capacidade do órgão em financiar suas atividades correntes sem recorrer a fontes externas de financiamento, embora o Fundo apresentou uma redução de 36,78%, equivalente a **R\$ 134.505.190,76** no exercício de 2023, se comparado com o exercício anterior, totalizando um fluxo positivo, em 31 de dezembro, de **R\$ 231.168.966,91**.

DFC 6. Enquanto os ingressos operacionais cresceram **R\$ 154.641.728,78**, os desembolsos operacionais cresceram **R\$ 289.146.919,54**, gerando um decréscimo no fluxo de caixa líquido operacional de **R\$ 134.505.190,76** de 2022 para 2023.

DFC 7. O crescimento dos ingressos, no valor de **R\$ 154.641.728,78**, foram impulsionados pelo aumento da receita de serviços, remuneração de depósitos e Outras receitas derivadas e Originais, que cresceram **R\$ 54.824.871,38** e **R\$ 30.180.310,88** e **R\$ 29.996.280,83**, respectivamente.

DFC 8. Destaca-se na parte dos desembolsos o crescimento de **R\$ 273.713.544,66** de despesas de pessoal e demais despesas, em relação ao exercício de 2022, aumento esse devido ao PAGAMENTO DE VERBA INDENIZATÓRIA (CUSTEIO) COM PESSOAL.



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA FINANCEIRA
FUNDO DE APOIO AO JUDICIÁRIO – FUNAJURIS

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022	AH
Ingressos (I)	777.870.760,98	623.229.032,20	24,81%
Receita Tributária	232.016.541,80	207.831.282,91	11,64%
Receita Patrimonial	513.403,19	371.790,13	38,09%
Receita de Serviço	214.120.539,15	159.295.667,77	34,42%
Remuneração das disponibilidades	97.267.412,53	67.087.101,65	44,99%
Outras Receitas Derivadas e Originais	213.704.275,37	183.707.994,54	100,00%
Outros ingressos operacionais	20.248.588,94	4.935.195,20	310,29%
Desembolso (II)	546.701.794,07	257.554.874,53	112,27%
Pessoal e demais despesas	525.380.189,57	251.666.644,91	108,76%
Transferências concedidas	187.969,07	2.508.658,21	100,00%
Outros desembolsos operacionais	21.133.635,43	3.379.571,41	525,33%
TOTAL (III = I - II)	231.168.966,91	365.674.157,67	-36,78%

FONTE: FIPLAN/DFC

DFC 9. Os outros ingressos operacionais, representados pelas movimentações extraorçamentárias tiveram um aumento de 310,29%, totalizando **R\$ 15.313.393,74**, impactado pelo acréscimo dos depósitos de diversas origens.

OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS			
DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022	AH
Transferência Financeira	-	-	0,00%
Movimento Extraorçamentário	20.248.588,94	4.935.195,20	310,29%
TOTAL	20.248.588,94	4.935.195,20	310,29%

FONTE: FIPLAN/DFC



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA FINANCEIRA
FUNDO DE APOIO AO JUDICIÁRIO – FUNAJURIS

DFC 10. Os outros desembolsos operacionais, compostos das movimentações extraorçamentárias, tiveram um acréscimo de 525,33%, representando em valores nominais uma redução de **R\$ 17.754.064,02**.

DFC 11. O aumento de **R\$ 17.754.064,02**, em relação a 2022, no movimento extraorçamentário, foi em decorrência do crescimento dos depósitos de diversas origens.

OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS			
DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022	AH
Transferência Financeira	-	-	0,00%
Movimento Extraorçamentário	21.133.635,43	3.379.571,41	525,33%
TOTAL	21.133.635,43	3.379.571,41	525,33%

FONTE: FIPLAN/DFC

Informações adicionais e mais detalhadas sobre a execução e as demonstrações abordadas nessas notas técnicas podem ser verificadas no Relatório Controle Interno.

É o que temos a relatar.

Atenciosamente,

ALEXANDER

FARIA

HURTADO:34415

ALEXANDER FARIA HURTADO

Contador CRC N° 016370/O-5/MT.

Assinado de forma digital por
ALEXANDER FARIA
HURTADO:34415
Dados: 2024.02.29 15:45:38
-04'00"